



UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ - UVA  
UNIVERSIDADE ABERTA VIDA - UNAVIDA

CURSO: PEDAGOGIA

DISCIPLINA:

**EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS  
SOCIAIS**

INTRODUÇÃO AOS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS

## INTRODUÇÃO AOS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Qualquer discussão sobre movimentos sociais não escapa do questionamento recorrente: afinal, o que são movimentos sociais? Diferentemente de outros conceitos, este, em particular, apresenta significados distintos, conforme a concepção a partir da qual se desenvolve.

Vivemos em uma sociedade altamente diversa e dinâmica, em que uma enorme gama de diferenças coexiste diariamente. Os indivíduos que integram nossa sociedade possuem necessidades inseridas em realidades diferentes. Essas necessidades precisam ser representadas em nosso contexto político para que sejam atendidas. Todavia, como bem sabemos, não é sempre que os interesses e necessidades de determinados grupos são supridos devidamente pelo Estado ou pelos nossos representantes políticos. A partir desse conflito de interesses é que os movimentos sociais tornam-se uma ferramenta de intervenção.

Até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. Com a progressiva delimitação desse campo de estudo pelas Ciências Sociais, principalmente a partir da década de 1960, as definições, embora ainda permanecessem imprecisas, assumiram uma consistência teórica, principalmente na obra de Alain Touraine, para quem os movimentos sociais seriam o próprio objeto da Sociologia. Apesar do desenvolvimento que o conceito teve nos últimos anos, não há consenso ainda hoje entre os pesquisadores sobre seu significado. Outros estudiosos do tema, como Alberto Melucci, por exemplo, questionam o conceito de movimentos sociais por considerá-lo reducionista, e empregam preferencialmente o de ações coletivas. Isso sinaliza para a necessidade de uma maior discussão acerca da validade conceitual do termo, mesmo porque ele vem sendo utilizado indiscriminadamente para classificar qualquer tipo de associação civil.

Essa imprecisão está relacionada a algumas questões. Em primeiro lugar, o conceito envolve uma problemática simetria entre empiria e teoria. Em outras palavras, ele surge nas lutas sociais e, posteriormente, é apropriado pelos pesquisadores que passaram a dedicar-se ao seu estudo. Um frequente engajamento político dos pesquisadores da área também ajuda a tornar a utilização do conceito bastante propositiva, ou seja, há muitas expectativas por parte de pesquisadores-militantes em relação ao poder de transformação dos movimentos, perdendo-se muitas vezes de vista a capacidade de avaliar a dimensão real de suas potencialidades. Este ponto se desdobra num segundo, que é a ideia de sociedade civil, locus dos movimentos sociais, como reservatório de virtudes, o que implica uma sobrevalorização do potencial político dos atores sociais e a crença numa falsa independência em relação a partidos políticos e outras organizações. Isso leva a questionar até que ponto a teorização sobre os movimentos sociais descreve a prática dos atores e se é possível e desejável que a teoria assuma esse papel.

Os movimentos sociais são característicos de uma sociedade plural, que se constrói em torno do embate político por interesses coletivos e/ou individuais. Assim sendo, a organização de indivíduos em prol de uma causa é uma característica de uma sociedade politicamente ativa. Os grupos que produzem ação em busca da representação política de seus anseios atuam de modo a produzir pressão direta ou indireta no corpo político de um Estado. Para isso, várias formas de ações coletivas são usadas, como a denúncia, as passeatas, marchas etc.

As lutas sociais conferem aos movimentos um caráter cíclico. Eles são como as ondas e as marés; vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou da reposição/ conservação do velho. Esses fatores conferem às ações dos movimentos caráter reativo, ativo ou passivo. Não bastam as carências para haver um movimento. Elas têm que se traduzir em demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, através de uma ação coletiva. O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de um movimento social. Os fatores carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural do país darão a força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social e uma dada cultura política.



A importância da organização desses grupos mobilizados é grande. A força da ação coletiva só é efetiva quando direcionada. Dessa forma, o surgimento de líderes que representem diretamente as demandas do grupo e a organização em nome de exigências ou ideias comuns são os pilares e a força motriz por trás desses grupos.

Em linhas gerais, o conceito de movimento social se refere à ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político,

conforme seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específicos, permeados por tensões sociais. Podem objetivar a mudança, a transição ou mesmo a revolução de uma realidade hostil a certo grupo ou classe social. Seja a luta por um algum ideal, seja pelo questionamento de uma determinada realidade que se caracterize como algo impeditivo da realização dos anseios deste movimento, este último constrói uma identidade para a luta e defesa de seus interesses. Torna-se porta-voz de um grupo de pessoas que se encontra numa mesma situação, seja social, econômica, política, religiosa, entre outras. Os movimentos sociais constituem tentativas – pautadas em valores comuns àqueles que compõem o grupo – de definir formas de ação social para se alcançar determinados resultados.

Percebe-se que os movimentos sociais estão diretamente ligados à resolução de problemas sociais, e não à reivindicação de posses materiais. No entanto, eles não se resumem apenas à reivindicação de direitos ou à demanda pela representação de um grupo, pois um movimento pode surgir como agente construtor de uma proposta de reorganização social para mudar um ou outro aspecto de uma sociedade.

Temos como exemplo o movimento Passe Livre, que busca obter a isenção ou o custeamento da passagem de transporte coletivo pelo governo, tendo como argumento ideológico a ideia de que todos os indivíduos de uma sociedade devem ter o direito de ir e vir assegurado pelo Estado. O argumento pauta-se no princípio da liberdade de deslocamento sem que esse direito seja alienado ou tenha valor monetário atribuído à ação de ir e vir. Ao estipular um custo para o deslocamento individual, retira-se esse direito daqueles que não possuem meios de pagar por seu transporte.

O sociólogo francês Alain Touraine considera que a semente dos movimentos sociais está no conflito entre classes e vontades políticas. Para ele, os conflitos sociais estão enraizados em nossa forma de governo e em nosso Estado moderno, permeado por vontades individuais e pelas desigualdades sociais. Essa desigualdade, que fere os princípios de igualdade de um Estado democrático, torna-se um agente de segregação social, cultural e econômica, fatalmente interferindo nas formas de atuação civil daqueles afligidos por tal mal.

Historicamente a ideia de luta por direitos começa com uma nova concepção de conceitos como o homem no centro das transformações, e não mais o divino como centro, essa concepção vem com os iluministas que pregam a razão, que começa num período compreendido entre os anos de 1650 e 1700.

Essas ideias influenciam a Revolução Francesa de 1789 a burguesia percebe que essas ideias seriam favoráveis a tomada do poder na França e a partir daí usam um slogan que ficaria para a história, Liberdade, Igualdade e Fraternidade com essas ideias a burguesia derruba a Bastilha e toma o poder na França.

O século XVIII ficaria conhecido como o século das revoluções não apenas pela revolução dos movimentos da França mas pela onda de revoltas que se espalham pelo mundo.

A revolução inglesa que é de ordem econômica, conhecida como Revolução Industrial ela transforma o modo de produção que deixa de ser meramente artesanal,

passando a ser industrial os avanços tecnológicos são grandes e a exclusão dessas tecnologias.

As massas trabalhadoras vendem sua mão de obra para a burguesia que detém os meios de produção nesse momento para Marx aparecem duas classes distintas a burguesia detentora dos meios de produção o proletariado que vende sua mão de obra para essa burguesia.

Surgem duas classes que permeia a discussão de Marx que torna-se o grande analisador e crítico do capitalismo, ele vivencia as transformações que o mundo passa, ele cria uma grande obra que contribui para os movimentos sociais.

Para Marx o capitalismo tem um fim quando ele esgotar ele chegara ao fim, e ai aparecera uma nova forma de sociedade que seria o socialismo e por fim o comunismo o último estágio.

Para se compreender os movimentos sociais, mais do que pensar em valores e crenças comuns para a ação social coletiva, seria necessário considerar as estruturas sociais nas quais os movimentos se manifestam. Cada sociedade ou estrutura social teria como cenário um contexto histórico (ou historicidades) no qual, assim como também apontava Karl Marx, estaria posto um conflito entre classes, terreno das relações sociais, a depender dos modelos culturais, políticos e sociais. Assim, os movimentos sociais fariam explodir os conflitos já postos pela estrutura social geradora por si só da contradição entre as classes, sendo uma ferramenta fundamental para a ação com fins de intervenção e mudança daquela mesma estrutura.

Dessa forma, para além das instituições democráticas como os partidos, as eleições e o parlamento, a existência dos movimentos sociais é de fundamental importância para a sociedade civil enquanto meio de manifestação e reivindicação. Podemos citar como alguns exemplos de movimentos o da causa operária, o movimento negro (contra racismo e segregação racial), o movimento estudantil, o movimento de trabalhadores do campo, movimento feminista, movimentos ambientalistas, da luta contra a homofobia, separatistas, movimentos marxista, socialista, comunista, entre outros. Alguns destes movimentos possuem atuação centralizada em algumas regiões (como no caso de movimentos separatistas na Europa). Outros, porém, com a expansão do processo de globalização (tanto do ponto de vista econômico como cultural) e disseminação de meios de comunicação e veiculação da informação, rompem fronteiras geográficas em razão da natureza de suas causas, ganhando adeptos por todo o mundo, a exemplo do Greenpeace, movimento ambientalista de forte atuação internacional.

A existência de um movimento social requer uma organização muito bem desenvolvida, o que demanda a mobilização de recursos e pessoas muito engajadas. Os movimentos sociais não se limitam a manifestações públicas esporádicas, mas trata-se de organizações que sistematicamente atuam para alcançar seus objetivos políticos, o que significa haver uma luta constante e em longo prazo dependendo da natureza da causa. Em outras palavras, os movimentos sociais possuem uma ação organizada de caráter permanente por uma determinada bandeira.

Os Movimentos Sociais Populares emergiram no contexto social e político brasileiro com uma fantástica capacidade criativa, organizativa e mobilizadora, principalmente na década de 1980, sendo responsáveis por expressivas conquistas que garantem melhorias na qualidade de vida de amplos setores sociais, afirmação de direitos e exercício da cidadania para um número cada vez maior de agrupamentos humanos, construção de identidades coletivas e autoestima pessoal e social de setores e grupos historicamente discriminados ou oprimidos, intervenção nas políticas públicas, modificando ou inibindo as seculares práticas assistencialistas e clientelistas, contribuindo assim para mudanças em nível do poder local e da política tradicional. Tais conquistas são permeadas por processos educativos, tanto dos participantes diretos de tais movimentos, quanto das pessoas e grupos atingidos por sua ação e da sociedade envolvente.



Estamos considerando movimentos sociais os agrupamentos de pessoas, geralmente das classes populares ou de grupos minoritários (no sentido de destituídos de poder) e discriminados, que agem coletivamente, com algum método, realizam parcerias e alianças, abrem diálogos e negociações com interlocutores, como processos articulados para conquistas de direitos e exercício da cidadania. Os movimentos sociais multiplicaram-se no Brasil durante a década de 1980 e, principalmente, nos anos 1990, percebendo-se, no país, progressiva ampliação e diversificação de organizações populares, com diversos modelos organizativos, formas de mobilização, bandeiras de luta, relações com mediadores e interlocutores, processos de formação das lideranças populares. Neste período se consolidam muitos grupos e entidades locais, mas também expressões locais de movimentos nacionais, principalmente aqueles que lutam mais diretamente em torno de questões centrais da sobrevivência das pessoas, como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Associativismo Comunitário nas suas mais diversas formas de expressão; diversos movimentos de luta por moradia popular e de defesa dos favelados; movimentos com forte caráter identitário, como os de mulheres, de negros, de portadores de deficiência, de homossexuais; Movimento dos

Atingidos por Barragens (MAB); vários movimentos de defesa e de organização de crianças e adolescentes.

Consolidaram-se também, neste período, vários movimentos e organismos de inspiração religiosa, pastorais sociais, bem como os Centros de Educação Popular e as Organizações Não Governamentais (ONGs).

O importante neste momento é registrar que estas expressões organizativas mobilizam grupos específicos, levantam bandeiras bem definidas, apresentam formas diversas de mobilização, conseguindo consistência cada vez maior, construindo teias de articulação às vezes invisíveis e redes de comunicação e solidariedade responsáveis por importantes conquistas. Entre estas podemos destacar:

- *Melhorias nas condições de existência e mesmo garantia de sobrevivência de expressivos grupos populares no país* – muitas pessoas têm acesso à terra para trabalhar, à casa para morar, à água para beber e para a higiene doméstica, a serviços públicos de saúde, de educação, de atendimento à criança, ao adolescente, aos idosos, aos portadores de deficiência, porque elas se mobilizaram através de seus movimentos organizados;

- *Autoestima pessoal e solidariedade social* – muita gente confirma que passou a se valorizar mais, a se amar mais, a defender sua dignidade humana, a partir de sua participação em alguma forma de organização popular. Mulheres desrespeitadas ou violentadas, negros que eram desprezados e desvalorizados, portadores de deficiência física que eram discriminados, todos passam a intervir na cena pública e a experimentar novos valores humanos e solidários;

- *Consciência de direitos e exercício da cidadania* – vítimas de uma herança profundamente paternalista e assistencialista, os setores populares no país experimentam diversas formas de controle e dominação. A existência de diversos movimentos sociais tem conseguido romper este círculo, contribuindo para que o atendimento de necessidades sociais básicas seja percebido como direito antes negado e agora reconquistado pela própria luta popular;

- *Mudanças no poder local e deslocamentos na política tradicional* – o avanço na capacidade de intervenção dos movimentos tem provocado importantes e visíveis mudanças locais, como a participação em Conselhos de Gestão em políticas públicas, eleição de parlamentares oriundos de processos reivindicatórios e que se formaram na luta popular e constituição de grupos de produção ou grupos de “economia solidária”. Tais campos ou situações, historicamente, eram altamente controlados pelas elites locais, e atualmente passam a incorporar novos atores e a abrir novos campos de batalha.

Diante disso, os movimentos sociais tornam-se entidades de mediação, isto é, a ferramenta de maior efetividade que os grupos minoritários e desfavorecidos dispõem

para buscar a garantia de seus direitos. Sua existência deve ser garantida dentro de um Estado democrático, que depende da legitimação dos cidadãos que o integram para que possa exercer sua função de governar em nome do bem-estar comum.

Os movimentos são classificados pelo caráter de suas ações. São voltados para a transformação da sociedade ou para a conservação de determinadas conquistas.

Apresentam duas características importantes:

a) não apresentam coordenação única, pois comportam uma diversidade muito grande de ideias e valores;

b) suas ações se desenvolvem em torno de interesses e necessidades, mas também de reconhecimento, para criar uma nova sociabilidade.

Como já dizia o filósofo Karl Marx “Mudanças na sociedade ocorrem a partir da ebulição dos movimentos sociais: contra o capital e o Estado.” Os Movimentos Sociais são de extrema importância, porque cobram mudanças, reivindicam transformações, mostram quando o povo não está satisfeito com as medidas adotadas por governantes, além de cobrar medidas quando necessário. A mobilidade social serve como insumo às suas construções, inclusive da cidadania. Sem a atividade de nossa sociedade, não existiram seus respectivos produtos finais, como a ética, a moral, enfim, todos os valores convencionais dela.

Cada sociedade possui sua individualidade, e possui sua taxa de metamorfose, isto é, todas as sociedades mudam numa ordem histórica, dependendo do que ela for atravessar. Como cada sociedade é um centro específico de valores, a cidadania dependerá das circunstâncias sociais que ela se desenvolve.

Muitas vezes o Estado é visto como adversário na luta política e, portanto, a relação é de confronto. Outras vezes, porém, é o único aliado capaz de concretizar as demandas dos movimentos.

Com a luta dos movimentos sociais ampliou-se o leque de atores sociais e surgiram novas facetas à cidadania com ênfase na responsabilidade dos cidadãos na elaboração de Políticas Públicas, com espaços criados institucionalmente para esta parceria entre Estado e sociedade civil

### **Movimentos tradicionais e novos movimentos sociais**

É possível fazer um recorte na história dos movimentos sociais e da sua interpretação em duas categorias gerais distintas, levando em conta aspectos como formas de organização, tipos de relações estabelecidas pelos seus integrantes, orientações desenvolvidas com as instituições sociais e estruturas a serem transformadas, entre outros. A reflexão sobre tais elementos deve sempre ser acompanhada de uma contextualização histórica e espacial em relação ao surgimento e



desenvolvimento dos movimentos sociais, que podem ser tradicionais e novos movimentos sociais

Os movimentos sociais tradicionais se constituíram principalmente em torno das lutas dos trabalhadores desde a consolidação do capitalismo. Caracterizam-se por apresentar organização vertical e rígida estrutura hierárquica, em que os integrantes seguem as determinações do grupo dirigente, travam fortes embates políticos com o Estado porque buscam transformações na estrutura econômica e social para superar as condições de opressão da classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade. Resumindo: Pretendem assumir o controle do Estado ou, ao menos, transformar sua estrutura.

Os movimentos sociais tradicionais também podem ser identificados por suas demandas, como as dos trabalhadores por melhores salários, melhores condições de trabalho, redução da jornada e estabilidade de emprego, dos grupos que se organizaram na luta por moradia, infraestrutura de saneamento, habitação, transporte público ou educação, bem como dos grupos que se dedicaram a combater formas de governo autoritárias e os sistemas econômicos e políticos que as sustentavam.

Esses movimentos deram origem aos sindicatos, às associações nacionais e internacionais de trabalhadores e aos partidos políticos trabalhistas ou dos trabalhadores.

Os novos movimentos sociais redirecionaram o centro das demandas sociais do âmbito da economia para a esfera da cultura, a partir da formação de movimentos baseados em relações horizontais: seus integrantes tem maior autonomia e não focam suas reivindicações somente no papel do Estado, mas buscam também transformar os comportamentos e valores dos diversos segmentos sociais.

A expressão “novos movimentos sociais” supõe diferenças em relação aos movimentos sociais tradicionais, quais seriam? Em princípio, os movimentos tradicionais se faziam através de uma identidade de classe social, consistindo basicamente como movimentos operário-sindicais, organizados a partir do mundo do trabalho. Essa referência classista dos movimentos sociais, no entanto, nas últimas décadas tornou-se inadequada na medida em que as posições de classe perderam a estabilidade, com os sujeitos assumindo, ao longo da vida e conforme as circunstâncias, diferentes identidades que já não decorrem diretamente das relações de produção. A velha dicotomia entre proprietários dos meios de produção e vendedores da força de trabalho (ou simplesmente patrões x empregados) como duas identidades opostas, complementares e historicamente bem estabelecidas deu vez a numerosas formas de identificação social autonomizadas, como negros, gays, ambientalistas, ruralistas, feministas, pacifistas, veganistas, imigrantes, indígenas, consumidores, trabalhadores sem teto ou sem-terra, ativistas antiglobalização, atingidos por barragens etc. Se nos movimentos sociais tradicionais os protagonistas principais eram os trabalhadores pobres e assalariados (“Proletários de todo mundo, uni-vos”, proclamava Karl Marx no Manifesto Comunista), os novos movimentos sociais incorporam tanto segmentos da classe média quanto pessoas à margem do mercado de trabalho. Muito comumente, os novos movimentos

sociais se articulam através de redes - constituindo pautas reivindicatórias coletivas, convergindo interesses, organizando ações conjuntas e buscando visibilidade social -, de modo que tais pautas subsistem a despeito da efemeridade dos participantes que delas entram e saem livremente. Outra característica dos novos movimentos sociais é que, à diferença dos movimentos tradicionais, não visam “tomar o poder” pela conquista do Estado, mas geralmente constituem espaços políticos não-institucionais a partir dos quais procuram afetar hábitos e valores da sociedade de modo a interferir nas políticas estatais.

Além disso, em tempos de tecnologia e cibercultura vale ressaltar também como nossa época é marcada pela comunicação em massa das redes sociais na internet, levando a ocorrência de marchas pelas ruas onde os manifestantes se mobilizam através de redes sociais

### **Um rápido olhar sobre o passado**

A história brasileira é profundamente marcada pela efervescência dos Movimentos Sociais, embora só muito recentemente estes tenham aparecido com o lugar de destaque nas publicações e registros da história oficial. Faz-se necessário resgatar a dívida social e histórica que a nação tem com os empobrecidos e trabalhadores, enquanto se organizam e lutam por direitos, tanto para reconhecimento de sua participação na constituição da própria nação, quanto para o reconhecimento da pluralidade de sujeitos sociais presentes na dinâmica política nacional.

Há registros de movimentos sociais no Brasil desde o primeiro século da colonização até os dias atuais. Esses movimentos demonstram que os que viviam e os que vivem no Brasil sempre procuraram, de uma ou de outra forma, lutar em defesa de seus ideais e projetos.

Os povos indígenas lutaram do século XVI ao século XVIII para não ser escravizados e para manter suas terras e seu modo de vida.

Os escravos africanos também não ficaram passivos diante das condições em que viviam. As principais formas de resistência que eles utilizaram foram revoltas localizadas e a formação de quilombos, que existiram do século XVII até o fim da escravidão.

No período colonial, entre os conflitos e revoltas motivados pelas políticas metropolitanas, dois movimentos se destacaram por propor a independência do Brasil em relação a Portugal: a Conjuração Mineira (1789-1792) e a Conjuração Baiana (1796-1799). Ambos tinham por base as ideias disseminadas pela Revolução Francesa, mas havia diferenças em seus objetivos. Os inconfidentes mineiros propunham a independência e um governo republicano, mas não o fim da escravidão. Já os conjurados baianos defendiam a independência e o fim da escravidão, um governo republicano, democrático, com liberdades plenas, o livre-comércio e a abertura dos portos. Esses movimentos foram reprimidos de modo violento, e seus líderes, presos, degradados ou enforcados.

Só para partir de um outro marco de referência consistente, reconhecido por todos os estudiosos da história brasileira, registremos a existência dos Quilombos, uma vez que eles enfrentaram uma das dimensões mais perversas de nossa história, a existência de escravidão humana, de pessoas serem tidas apenas como mercadoria e trabalho, mas também registraram, com suas experiências, importantes lições de dedicação e luta pela emancipação social, política, econômica, cultural.

Os Quilombos foram, justamente expressões marcantes destas lutas, a organização de negros escravizados, que criavam vários mecanismos para fugirem dos engenhos onde viviam e trabalhavam, para construir comunidades livres, atraindo também brancos pobres, indígenas, caboclos, motivados pela perspectiva de uma vida livre. Nestas comunidades, experimentavam uma organização da produção em certos casos muito desenvolvida, com técnicas agrícolas avançadas, artesanato, metalurgia, uma nova organização política, qualitativamente diferente da Colônia de Portugal, uma dinâmica social com princípios de liberdade e igualdade. Centenas de Quilombos se espalharam por todo o país durante os anos de Colônia e Império. O mais importante deles foi o Quilombo dos Palmares, situado em uma extensa faixa de terras entre os estados de Pernambuco e Alagoas, uma experiência que durou quase um século, e que foi destruído pelos governos e senhores de terras, através de uma das mais sangrentas guerras patrocinadas no período colonial brasileiro.

Outro movimento social, inspirado em valores liberais (de forte influência na Europa naquele período), mas formado, em grande parte, por setores minoritários das elites, como religiosos, advogados, poetas, foi o abolicionismo, que também teve papel importante para que a nação superasse esta terrível fase de sua história.

O Abolicionismo pode ser definido como um movimento político e social que defendeu e lutou pelo fim da escravidão no Brasil, na segunda metade do século XIX.

No Brasil, o abolicionismo surgiu na década de 1880 e simbolizou a união de indivíduos empenhados em acabar com o comércio e o trabalho escravo no país.

Até a década de 1880, o que existiam eram tentativas emancipacionistas que queriam a extinção gradual da mão-de-obra escrava; já os abolicionistas aspiravam à abolição total da escravidão. Os adeptos do movimento desenvolveram várias atividades em prol da abolição.

Podemos assim dizer que, o movimento político e social abolicionista colaborou com o fim a escravidão no país, ao lado do movimento republicano.

O movimento popular abolicionista era formado principalmente por negros e profissionais liberais, desde alfaiates, sapateiros, dentre outros, os quais buscavam a separação do Império e da Colônia e, conseqüentemente, pôr fim ao trabalho escravo no país.

Observe que os abolicionistas, pessoas que se opunham ao regime escravista, eram indivíduos de diversas classes sociais, desde religiosos, republicanos, elite política, intelectuais brancos, escravos negros, dentre outros.

O Brasil foi o último país da América Latina a abolir o regime de escravidão, por motivos como a divisão do território em fazendas, sesmarias, capitanias e o poder econômico concentrado na mão de pequenos grupos.



Após a luta de vários grupos e a criação de medidas que iam reduzindo a escravidão aos poucos, foi assinada a Lei 3.353, de 1888, a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel e que aboliu a escravidão no Brasil, libertando cerca de 700 mil escravos que ainda havia no país.

Entre o final do período Imperial e os primeiros anos da República, realizaram-se os chamados “Movimentos Messiânicos”, que eram movimentos em geral conduzidos por líderes religiosos, mas com forte apelo político, cujos integrantes acreditam em um líder carismático, que identificam como “enviado de Deus” (um messias), que os libertará da opressão, derrotará as injustiças e instituirá uma nova sociedade e o paraíso na Terra, formados fundamentalmente por camponeses pobres, que tentaram as primeiras experiências de reforma agrária no Brasil.

Entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, ocorreram no Brasil dois expressivos movimentos rurais de caráter messiânico: a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado. Eles foram marcados por duas semelhanças:

- Envolveram religiosidade, pobreza e insensibilidade política por parte dos governantes;
- Foram combatidos por forças policiais dos estados e pelo exército federal, ocasionando milhares de mortes – cerca de 25 mil só em Canudos.

Durante todo o século XX, possivelmente, o movimento sindical se expressou como a principal forma de organização entre os movimentos sociais, tendo assumido diferentes influências, como a dos anarquistas no início do daquele século, dos trabalhistas e dos comunistas entre a década de 1930 e o Golpe Militar de 1964, do novo sindicalismo (que veio a se consolidar na construção de Central Única dos Trabalhadores – CUT), a partir da década de 1980.

O movimento republicano foi dominado pelos segmentos mais ricos e poderosos da sociedade e contou com pouca participação popular. Seus organizadores buscavam uma nova forma de acomodar os grupos que desejavam o poder sem a presença do imperador e da monarquia. Houve a participação de liberais que defendiam uma república democrática, mas eles foram afastados e os conservadores se apossaram do poder.

A análise dos movimentos sociais no Brasil revelam forte enfoque teórico oriundo do marxismo, sejam eles vinculados ao espaço urbano e/ou rural. Tais movimentos, quando se referiam ao espaço urbano possuíam um leque amplo de temáticas como por exemplo, as lutas por creches, por escola pública, por moradia, transporte, saúde, saneamento básico etc. Quanto ao espaço rural, a diversidade de temáticas expressou-se nos movimentos de boias-frias (das regiões cafeeiras, citricultoras e canavieiras, principalmente), de posseiros, sem-terra, arrendatários e pequenos proprietários.

Cada um dos movimentos possuía uma reivindicação específica, no entanto, todos expressavam as contradições econômicas e sociais presentes na sociedade brasileira.

No início do século XX, era muito mais comum a existência de movimentos ligados ao rural, assim como movimentos que lutavam pela conquista do poder político. Em meados de 1950, os movimentos nos espaços rural e urbano adquiriram visibilidade através da realização de manifestações em espaços públicos (rodovias, praças, etc.). Os movimentos populares urbanos foram impulsionados pelas Sociedades Amigos de Bairro - SABs - e pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Nos anos 1960 e 1970, mesmo diante de forte repressão policial, os movimentos não se calaram. Havia reivindicações por educação, moradia e pelo voto direto. Em 1980 destacaram-se as manifestações sociais conhecidas como "Diretas Já".

Em 1990, o MST e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos, tais como os movimentos sindicais de professores.

Concomitante às ações coletivas que tocam nos problemas existentes no planeta (violência, por exemplo), há a presença de ações coletivas que denunciam a concentração de terra, ao mesmo tempo que apontam propostas para a geração de empregos no campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); ações coletivas que denunciam o arrocho salarial (greve de professores e de operários de indústrias automobilísticas); ações coletivas que denunciam a depredação ambiental e a poluição dos rios e oceanos (lixo doméstico, acidentes com navios petroleiros, lixo industrial); ações coletivas que têm espaço urbano como locus para a visibilidade da denúncia, reivindicação ou proposição de alternativas.

As passeatas, manifestações em praça pública, difusão de mensagens via internet, ocupação de prédios públicos, greves, marchas entre outros, são características da ação de um movimento social. A ação em praça pública é o que dá visibilidade ao movimento social, principalmente quando este é focalizado pela mídia em geral. Os movimentos sociais são sinais de maturidade social que podem provocar impactos conjunturais e estruturais, em maior ou menor grau, dependendo de sua organização e das relações de forças estabelecidas com o Estado e com os demais atores coletivos de uma sociedade.

Além dos movimentos organizados, existem outros que podemos chamar de conjunturais. São os que duram alguns dias e desaparecem para, depois, surgir em outro momento, com novas formas de expressão. Por causa dessa diferença e mobilidade, é preciso analisar cada tipo de movimento para entender as ideias que motivam e sustentam suas ações, assim como seus objetivos.

Os movimentos sociais não são predeterminados; dependem sempre das condições específicas em que se desenvolvem, ou seja, das forças sociais e políticas que os apoiam ou os confrontam, dos recursos existentes para manter a ação e dos instrumentos utilizados para obter repercussão.

Os movimentos que se mantêm durante longo tempo tendem a criar uma estrutura de sustentação e uma organização burocrática, por mínima que seja, para continuar atuando. Ao se institucionalizar, correm o perigo de perder o vigor, pois, para continuar sua ação, precisam obter recursos e assumir gastos com aluguel de uma sede, telefone, pessoal de apoio fixo e materiais. A preocupação que antes se concentrava em organizar as ações efetivas divide-se assim com a preocupação de manter uma estrutura fixa, deslocando parte das energias para outro foco.

### **Confrontos e parcerias**

Os movimentos sociais são sempre de confronto político e podem trabalhar para transformar ou manter determinada situação. Na maioria dos casos, eles têm relação com o Estado, seja de oposição, seja de parceria, de acordo com seus interesses e necessidades. Observam-se várias formas de atuação dos movimentos:

- Contra ações do poder público consideradas lesivas aos interesses da população ou de um setor dela, como determinada política econômica ou uma legislação que prejudique os trabalhadores ou os outros setores da sociedade;
- Para pressionar o poder público a resolver problemas relacionados à segurança, à educação, à saúde, etc. [um exemplo são as ações que exigem do Estado medidas contra a exploração sexual e o trabalho infantil];

- Em parceria com o poder público para fazer frente às ações de outros grupos ou empresas privadas [é o caso dos movimentos de proteção ambiental];
- Para resolver problemas da comunidade, independentemente do poder público, muitas vezes tomando iniciativas que caberiam ao Estado [por exemplo, as várias ações realizadas por Organizações Não Governamentais – ONGs – e associações de moradores de bairros.

Existem também movimentos cujo objetivo é desenvolver ações que favoreçam a mudança da sociedade com base no princípio fundamental do reconhecimento do outro, do diferente. Por meio desses movimentos, procuram-se disseminar visões de mundo, ideias e valores que proporcionem a diminuição dos preconceitos e discriminações que prejudicam as relações sociais. Exemplos são os movimentos étnico-raciais, de minorias sexuais, feministas, pela paz e contra a violência.

Os movimentos possuem a capacidade de disseminar na sociedade novas formas de pensar sobre os problemas sociais. No entanto, isso não significa transformá-los em um novo sujeito coletivo, a exemplo do que a classe trabalhadora representou (e talvez ainda represente) para a teoria marxista. Quando pensamos que sabemos todas as respostas, vem a realidade e muda as perguntas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91

**Movimentos Sociais no Brasil**. Disponível em:  
<<http://sociologiak.blogspot.com.br/2010/10/movimentos-sociais-no-brasil.html>> Acesso em 16 out. 2017.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Movimentos Sociais**: breve definição. Disponível em:  
<<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>> Acesso em 15 out. 2017.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

## QUE PAÍS É ESSE? (Legião Urbana – 1987)

Nas favelas, no Senado  
Sujeira pra todo lado  
Ninguém respeita a Constituição  
Mas todos acreditam no futuro da nação

Que país é esse?  
Que país é esse?  
Que país é esse?

No Amazonas, no Araguaia-ia-ia  
Na baixada fluminense  
Mato Grosso, Minas Gerais  
E no Nordeste tudo em paz

Na morte eu descanso  
Mas o sangue anda solto  
Manchando os papéis  
Documentos fiéis  
Ao descanso do patrão

Que país é esse?  
Que país é esse?  
Que país é esse?  
Que país é esse?

Terceiro mundo se for  
Piada no exterior

Mas o Brasil vai ficar rico  
Vamos faturar um milhão  
Quando vendermos todas as almas  
Dos nossos índios num leilão

Que país é esse?  
Que país é esse?  
Que país é esse?  
Que país é esse?



## O SONHOS DOS RATOS

Era uma vez um bando de ratos que vivia no buraco do assoalho de uma casa velha. Havia ratos de todos os tipos: grandes e pequenos, pretos e brancos, velhos e jovens, fortes e fracos, da roça e da cidade.

Mas ninguém ligava para as diferenças, porque todos estavam irmanados em torno de um sonho comum: um queijo enorme, amarelo, cheiroso, bem pertinho dos seus narizes. Comer o queijo seria a suprema felicidade... Bem pertinho é modo de dizer.

Na verdade, o queijo estava imensamente longe porque entre ele e os ratos estava um gato... O gato era malvado, tinha dentes afiados e não dormia nunca. Por vezes fingia dormir. Mas bastava que um ratinho mais corajoso se aventurasse para fora do buraco para que o gato desse um pulo e, era uma vez um ratinho... Os ratos odiavam o gato.

Quanto mais o odiavam mais irmãos se sentiam. O ódio a um inimigo comum os tornava cúmplices de um mesmo desejo: queriam que o gato morresse ou sonhavam com um cachorro...

Como nada pudessem fazer, reuniram-se para conversar. Faziam discursos, denunciavam o comportamento do gato (não se sabe bem para quem), e chegaram mesmo a escrever livros com a crítica filosófica dos gatos. Diziam que um dia chegaria em que os gatos seriam abolidos e todos seriam iguais. “Quando se estabelecer a ditadura dos ratos”, diziam os camundongos, “então todos serão felizes”...

– O queijo é grande o bastante para todos, dizia um.

– Socializaremos o queijo, dizia outro.

Todos batiam palmas e cantavam as mesmas canções.

Era comovente ver tanta fraternidade. Como seria bonito quando o gato morresse! Sonhavam. Nos seus sonhos comiam o queijo. E quanto mais o comiam, mais ele crescia. Porque esta é uma das propriedades dos queijos sonhados: não diminuem: crescem sempre. E marchavam juntos, rabos entrelaçados, gritando: “o queijo, já!”...

Sem que ninguém pudesse explicar como, o fato é que, ao acordarem, numa bela manhã, o gato tinha sumido. O queijo continuava lá, mais belo do que nunca. Bastaria dar uns poucos passos para fora do buraco. Olharam cuidadosamente ao redor. Aquilo poderia ser um truque do gato. Mas não era.

O gato havia desaparecido mesmo. Chegara o dia glorioso, e dos ratos surgiu um brado retumbante de alegria. Todos se lançaram ao queijo, irmanados numa fome comum. E foi então que a transformação aconteceu.

Bastou a primeira mordida. Compreenderam, repentinamente, que os queijos de verdade são diferentes dos queijos sonhados. Quando comidos, em vez de crescer, diminuem.

Assim, quanto maior o número dos ratos a comer o queijo, menor o naco para cada um. Os ratos começaram a olhar uns para os outros como se fossem inimigos. Olharam, cada um para a boca dos outros, para ver quanto queijo haviam comido. E os olhares se enfureceram.

Arreganharam os dentes. Esqueceram-se do gato. Eram seus próprios inimigos. A briga começou. Os mais fortes expulsaram os mais fracos a dentadas. E, ato contínuo, começaram a brigar entre si.

Alguns ameaçaram a chamar o gato, alegando que só assim se restabeleceria a ordem. O projeto de socialização do queijo foi aprovado nos seguintes termos:

“Qualquer pedaço de queijo poderá ser tomado dos seus proprietários para ser dado aos ratos magros, desde que este pedaço tenha sido abandonado pelo dono”.

Mas como rato algum jamais abandonou um queijo, os ratos magros foram condenados a ficar esperando. Os ratinhos magros, de dentro do buraco escuro, não podiam compreender o que havia acontecido.

O mais inexplicável era a transformação que se operara no focinho dos ratos fortes, agora donos do queijo. Tinham todo o jeito do gato o olhar malvado, os dentes à mostra.

Os ratos magros nem mais conseguiam perceber a diferença entre o gato de antes e os ratos de agora. E compreenderam, então, que não havia diferença alguma. Pois todo rato que fica dono do queijo vira gato. Não é por acidente que os nomes são tão parecidos.

“Qualquer semelhança com fatos reais é mera coincidência!”

Rubem Alves – escrito em dezembro de 2004